O FÓRUM CHINA-CELAC: UMA PLATAFORMA E "MARCA" PARA O MULTILATERALISMO SINOCÊNTRICO[1]

Rodrigo Fracalossi de Moraes[2]

SINOPSE

Este artigo analisa o papel do Fórum China-Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) como instrumento e expressão de um multilateralismo sinocêntrico. Essa forma de multilateralismo baseia-se na norma do pluralismo, bem como em agendas voltadas para o desenvolvimento. Operacionalmente, o multilateralismo sinocêntrico consiste na multilateralização de relações bilaterais. O Fórum constitui uma camada institucional mínima entre as relações bilaterais e as iniciativas globais chinesas, permitindo à China coordenar engajamentos e legitimar padrões de interação na região. Além disso, imprime sobre atividades, discussões, comitês e outros espaços ou interações uma "marca" caracterizada por uma combinação de pluralismo internacional e cooperação Sul-Sul, expressa sobretudo no princípio da não interferência em assuntos internos e em uma agenda orientada para o desenvolvimento. O Fórum não é apenas um espaço de diálogo, é também uma ferramenta para a socialização de elites, organização de interações em múltiplas áreas e legitimação de atividades e normas. Com o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e a intensificação do unilateralismo e diplomacia coercitiva na política externa norte-americana, o Fórum pode se tornar mais relevante para a China e para os países latino-americanos e caribenhos em busca de diversificação – especialmente os países menores da região.

Palavras-chave: China; América Latina e Caribe; Celac; multilateralismo; diplomacia.

ABSTRACT

This article analyses the role of the China-CELAC Forum as both an instrument and expression of a Sino-centric form of multilateralism. This form of multilateralism is grounded in the norm of pluralism, as well as in development-oriented agendas. Operationally, it adopts the format of multilateralizing bilateral relations. The Forum is a thin institutional layer between bilateral relations and China's global initiatives, enabling China to coordinate engagements and legitimize patterns of interactions with actors in the region. The Forum leaves its imprint on activities, discussions, committees, and other spaces or interactions through a distinct "branding", characterized by a combination of international pluralism and South-South cooperation. This is expressed above all in the principle of non-interference in the internal affairs of states and in a development-oriented agenda. The Forum serves not only as a space for dialogue but also as a tool for socializing elites, organizing interactions across multiple domains, and legitimating activities and norms. With the return of Donald Trump to the US presidency and intensification of unilateralism and coercive diplomacy in US foreign policy, the Forum may gain relevance for China and the Latin American and Caribbean countries seeking diversification – especially the smaller states in the region.

Keywords: China; Latin America and the Caribbean; CELAC; multilateralism; diplomacy.

JEL: F55.

Artigo recebido em 1/4/2025 e aprovado em 15/4/2025.

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/bepi40art1

---

1. A pesquisa para este artigo contou com sugestões de Pedro Silva Barros, Renato Baumann e Valter Pomar, de um diplomata brasileiro, bem como de um seminário realizado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em novembro de 2024.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Ipea. *E-mail*: rodrigo.moraes@ipea.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

Até os anos 1990, China e América Latina e Caribe eram mundos à parte, com limitada interação econômica e política. Esse padrão mudou nos anos 2000, impulsionado inicialmente pelo rápido crescimento do comércio. Entre 2000 e 2009, a participação da América Latina e Caribe no comércio exterior da China aumentou de 2,3% para 5,5%, enquanto a participação da China no comércio exterior da América Latina e Caribe cresceu de 1,8% para 9,3% – uma relação caracterizada sobretudo pela troca de produtos manufaturados chineses por *commodities*.[3]

Esse crescimento do comércio foi posteriormente acompanhado por um aumento rápido dos fluxos financeiros da China para a região, na forma de investimento estrangeiro direto (IED) e empréstimos focados nos setores de infraestrutura e energia. O financiamento ao desenvolvimento da China para a América Latina e o Caribe começou em 2005 e totalizou US$ 138 bilhões até 2023 (Ray e Myers, 2024). Entre 2005 e 2023, Brasil e Venezuela foram, respectivamente, o principal parceiro comercial e destino do financiamento ao desenvolvimento da China: o Brasil representou, em média, 34% dos fluxos comerciais anuais da China com a América Latina e o Caribe, enquanto a Venezuela respondeu por 45% do total do financiamento chinês ao desenvolvimento na região durante esse período (Ray e Myers, 2024).[4]

Os governos da China e dos países da América Latina e Caribe também estabeleceram diversos acordos bilaterais e mecanismos de governança, embora em um ritmo mais lento. Durante os anos 2000, os mecanismos mais importantes criados foram a Comissão Conjunta de Alto Nível China-Venezuela (2001), a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (2003) e os acordos de livre-comércio com Chile (2005) e Peru (2009), cada um com diferentes níveis de escopo e profundidade.[5]

Em 2014, os governos da China e dos países da América Latina e Caribe deram um passo adicional na institucionalização de suas relações, criando o Fórum China-Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), proposto pelo governo chinês, e tendo como modelo o Fórum de Cooperação China-África (Focac), criado em 2000 (Myers e Wise, 2016).[6] Para o governo chinês, o Fórum China-Celac e o Focac possuem papéis semelhantes, ambos fazendo parte de um conjunto de iniciativas regionais da China, incluindo, entre outras: a Organização para a Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organization – SCO), criada em 2001; o grupo China-Países do Centro e Leste Europeu (Central and Eastern European Countries – CEEC), criado em 2012, pelo qual o interesse de países europeus tem diminuído; e vários mecanismos de cooperação entre a China e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations – Asean) (Ng, no prelo).

3. Em 2022, a participação da América Latina e Caribe no comércio da China foi de 13,4%; e a participação da China no comércio da América Latina e Caribe foi de 17,9%. Disponível em: https://comtradeplus.un.org.

4. Disponível em: https://comtradeplus.un.org.

5. Posteriormente, a China assinou acordos de livre-comércio com Costa Rica (2010), Nicarágua (2023) e Equador (2023).

6. A Celac foi a primeira – e até o momento a única – organização exclusivamente latino-americana e caribenha da qual fazem parte todos os 33 países da região. É também a única das três organizações regionais criadas durante a onda rosa na América Latina – ao lado da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) – que se manteve ativa e com reuniões periódicas desde a sua criação. Até o momento, o Brasil foi o único país a ter deixado a Celac, saindo da organização em 2020, durante a presidência de Jair Bolsonaro, mas regressando em 2023, no início da presidência de Lula.

Em uma manifestação daquilo que o governo chinês denomina de diplomacia do anfitrião, o presidente Xi Jinping recebeu, em 2015, representantes dos governos dos países da América Latina e do Caribe em Pequim para a reunião ministerial inaugural do Fórum China-Celac, que desde então tem sido realizada a cada três anos, alternando-se o local entre a China e a América Latina e o Caribe.[7]

Por que os governos da China e dos países da América Latina e do Caribe institucionalizaram suas relações por meio do Fórum? Este artigo explora essa questão analisando o próprio Fórum, assim como o que a arquitetura institucional e as atividades do Fórum revelam sobre as relações China-América Latina e Caribe, a abordagem chinesa ao multilateralismo e as perspectivas dos governos da América Latina e do Caribe sobre essa abordagem.

Este texto argumenta que o Fórum China-Celac é uma plataforma informal e descentralizada composta por subfóruns, comitês, diálogos e interações que compartilham uma mesma "marca", a qual é constituída por uma combinação de pluralismo internacional e cooperação Sul-Sul, manifestada sobretudo no princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países e em uma agenda orientada para o desenvolvimento. Essa marca pode ser usada para definir os termos de engajamento entre China e América Latina e Caribe, assim como para legitimar os padrões dessa relação. Para a China, o Fórum é uma camada institucional mínima, situada entre as relações bilaterais com os países da América Latina e do Caribe e as iniciativas globais chinesas, incluindo a Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), a Iniciativa de Desenvolvimento Global (Global Development Initiative – GDI), a Iniciativa de Segurança Global (Global Security Initiative – GSI), a Iniciativa de Civilização Global (Global Civilization Initiative – GCI) e possivelmente outras.

A arquitetura minimalista do Fórum, seu foco no pluralismo e no desenvolvimento e o poder da China em definir sua agenda refletem e reforçam um multilateralismo sinocêntrico, que consiste em uma estrutura universal centrada na Organização das Nações Unidas (ONU), mas acompanhada de diversos espaços intergovernamentais, por meio dos quais o governo chinês multilateraliza relações bilaterais. O objetivo é coordenar uma miríade de relações bilaterais em temas diversos e criar um reservatório de apoio às iniciativas globais chinesas (Ng, no prelo).

2 A AMÉRICA LATINA E O CARIBE E O FÓRUM CHINA-CELAC SOB A PERSPECTIVA CHINESA

A grande estratégia da China tem como objetivo transformar o país em uma civilização poderosa, próspera e respeitada. Desde que Xi Jinping assumiu o poder em 2012, o *slogan* de "rejuvenescimento nacional" sintetiza esse objetivo (Goldstein, 2020). Sob Xi Jinping, a dimensão externa da grande estratégia chinesa tem três componentes inter-relacionados. Primeiro, manter a ênfase na "ascensão/desenvolvimento pacífico" da China. Segundo, passar da retórica para esforços proativos de reforma da ordem internacional, a fim de torná-la mais compatível com as mudanças na distribuição internacional de poder e recursos – o que se manifesta em iniciativas como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB) e a

7. O termo diplomacia do anfitrião foi utilizado pela primeira vez em 2014 por Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da China, e refere-se ao uso do papel de anfitrião de cúpulas ou grandes eventos como instrumento diplomático. Os objetivos podem ser, por exemplo, sinalizar prioridades, estabelecer agendas, demonstrar influência, construir reputação, demonstrar *soft power*, sinalizar liderança regional ou global, construir ou ampliar redes e coalizões, ou obter legitimidade. Dois outros termos em parte relacionados a este são a diplomacia de cúpula e a diplomacia de conferência. Eles descrevem, no entanto, o papel de cúpulas e conferências como instrumentos multilaterais para lidar com questões comuns, em vez do papel e objetivos do governo que sedia cúpulas e conferências.

BRI (Smith, 2021). Terceiro, resistir a atores estrangeiros que desafiem o que o Partido Comunista Chinês (PCCh) considera como o interesse nacional. Goldstein (2020) descreve esses três elementos como "tranquilização, reforma e resistência".

Na política externa da China, os papéis atribuídos a diferentes países e regiões variam de acordo com o poder, a dotação de fatores, o nível de desenvolvimento e a proximidade geográfica de cada um – mas não com a afinidade com regimes políticos. Esses diferentes papéis são encapsulados na diretriz de que grandes países são a chave, países vizinhos a prioridade, países em desenvolvimento a base e a diplomacia multilateral o novo palco, estabelecida no 18º Congresso Nacional do PCCh em 2012.

Considerando essa diretriz e a grande estratégia chinesa, a América Latina e o Caribe ocupam uma posição central no mundo em desenvolvimento. Economicamente, a China os valoriza pelo tamanho do seu mercado (US$ 7,1 trilhões de PIB, em comparação com os US$ 2 trilhões da África Subsaariana)[8] e sua capacidade de exportar *commodities*, ambos contribuindo para o desenvolvimento e a segurança alimentar do país. Politicamente, a China é atraída pelas frequentes críticas dos governos da região às desigualdades Norte-Sul, críticas que se alinham com o objetivo chinês de reformar a ordem internacional. Além disso, a América Latina e o Caribe representam a última fronteira na resolução da questão de Taiwan: em 2025, sete países da região ainda reconhecem Taiwan. A América Latina e o Caribe desempenham, portanto, quatro papéis para a China: i) um mercado para produtos, serviços, IED e projetos de infraestrutura chineses; ii) uma fornecedora de *commodities*; iii) um campo da disputa diplomática acerca de Taiwan; e iv) uma fonte de validação do *status* da China como uma grande potência, distinta de outras – sobretudo dos Estados Unidos –, que se apresenta como defensora do pluralismo internacional e da cooperação Sul-Sul. Em síntese, o que pode ser denominado de modelo MCTS: mercados, *commodities*, Taiwan e *status*.

Mas o que o Fórum China-Celac oferece à China que não poderia ser obtido bilateralmente? Para identificar e analisar os incentivos da China para institucionalizar as relações com a América Latina e o Caribe por meio do Fórum, este trabalho utiliza conceitos das tradições institucionalista e construtivista em relações internacionais, além de pesquisa empírica sobre as relações China-América Latina e Caribe. Para fins analíticos, fatores materiais e normativos são separados.

2.1 O Fórum China-Celac: uma perspectiva institucionalista do lado chinês

O Fórum China-Celac é uma plataforma para reduzir custos de transação em ao menos quatro formas. Primeiro, o Fórum fornece um aparato administrativo e mecanismo de coordenação para gerenciar as relações China-América Latina e Caribe – sobre o qual a China exerce influência desproporcional. O Fórum funciona como um canal para otimizar as atividades da China na região, permitindo que o país conduza uma "diplomacia de atacado".[9] Por meio do Fórum, autoridades chinesas podem interagir com múltiplos atores, apresentar posições, receber demandas e tomar decisões de forma mais eficiente, reduzindo o ônus diplomático e administrativo que seria necessário caso as relações fossem conduzidas apenas bilateralmente ou fossem separadas por tema. Esse aspecto é particularmente relevante porque a região tem 33 países, onze dos quais com população inferior a 1 milhão de habitantes.

8. Disponível em: https://data.worldbank.org/.

9. Agradeço a um diplomata brasileiro a sugestão desse termo.

Regras padronizadas de engajamento também podem reduzir mal-entendidos dentro da América Latina e do Caribe, que podem surgir devido ao extenso número de acordos bilaterais.

Além disso, regras de engajamento, conceitos e modelos uniformes ajudam a fomentar consenso nos termos da China. Na prática, a secretaria do Fórum se encontra no Departamento de Assuntos da América Latina e Caribe, do Ministério das Relações Exteriores da China, operacionalizada pelo Secretariado do Comitê de Acompanhamento. Em 2024, esse comitê possuía sessenta membros, incluindo vários ministérios, agências, departamentos do PCCh e bancos chineses.[10] Embora haja pouco material empírico sobre essa secretaria e comitê, é pouco provável que suas funções divirjam substancialmente daquelas do secretariado e comitê do Focac, os quais já foram analisados em pesquisas anteriores (Taylor, 2010; Sibiri, 2021). Se forem semelhantes, o Secretariado e o Comitê do Fórum China-Celac têm como objetivo coordenar várias agências na China, facilitar o engajamento delas na América Latina e no Caribe e garantir que estejam alinhadas com os objetivos da política externa chinesa para a região.

Segundo, o Fórum oferece a elites e burocratas chineses um canal adicional para se conectar com as elites na América Latina e no Caribe e obter informações sobre a região. A hegemonia histórica dos Estados Unidos na região permite que o governo norte-americano mantenha múltiplos pontos de acesso a elites e uma robusta capacidade de coleta de inteligência, algo que a China não possui. Como recém-chegada à região, a China tem *expertise* diplomática limitada em comparação aos Estados Unidos. Acessar elites e obter informações confiáveis é crucial para formular políticas e estratégias, identificar oportunidades, navegar pelo cenário político e jurídico e encontrar intermediários. A América Latina e o Caribe são uma região de oportunidades, mas também de riscos e armadilhas, especialmente para aqueles que não compreendem a política na região.

A China também pode usar o Fórum para se engajar com países que reconhecem Taiwan, avaliando se eles estariam dispostos a reconhecer a República Popular da China (RPC) e incentivando-os a fazê-lo. Como evidência, na Primeira Cúpula Ministerial China-Celac, em 2015, participaram representantes de 28 dos 33 países latino-americanos e caribenhos, incluindo oito países que reconheciam Taiwan, quais sejam: El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai e República Dominicana.[11] A questão de Taiwan ganhou relevância a partir de 2016, quando as relações entre os dois lados do estreito se deterioraram após a eleição de Tsai Ing-wen em Taiwan e de Donald Trump nos Estados Unidos. Desde então, a China dobrou seus esforços para isolar Taiwan diplomaticamente (Goldstein, 2020). A estratégia chinesa na América Latina e no Caribe parece bem-sucedida: oito países da região mudaram seu reconhecimento para a RPC desde 2004, cinco dos quais desde 2017: Panamá (2017), El Salvador (2018), República Dominicana (2018), Nicarágua (2021) e Honduras (2023). A Costa Rica, por exemplo, reconheceu a China em 2007 em troca de "um estádio, acordos de infraestrutura e um tratado de livre comércio" (Myers, 2014).

O Fórum conta com vários subfóruns – permanentes, temporários ou *ad hoc* – cobrindo áreas de comércio, investimento e tecnologia; política social; diplomacia pública; relações partidárias; e segurança e gestão de emergências (quadro 1). Autoridades chinesas podem utilizar esses subfóruns

10. Ministério das Relações Exteriores da China. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/eng/zfcbwyh_1/zfcwhdw/202406/t20240617_11437186.htm.

11. Uma lista oficial de participantes do evento não foi publicada, mas vídeos e fotos oficiais registraram os símbolos nacionais e representantes dos que participaram na cúpula. Ver, por exemplo, a propaganda do evento divulgada pela China Global Television Network (CGTN), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hW-W2oVUszQ.

para acessar e influenciar políticos, altos funcionários, burocratas, empresários, a mídia e grupos da sociedade civil em diferentes níveis hierárquicos, apresentando variadas formas de engajamento como atividades do Fórum.

QUADRO 1
Subfóruns do Fórum China-Celac (2024)

Área	Subfórum
Comércio, investimento, tecnologia	Cúpula Empresarial China-América Latina e Caribe
	Fórum China-América Latina e Caribe de Cooperação em Infraestrutura
	Fórum China-América Latina e Caribe de Inovação Científica e Tecnológica (Fórum STI)
	Fórum China-América Latina e Caribe de Ministros da Agricultura
	Conferência China-Celac de Promoção de Investimentos em Mineração
	Seminário China-América Latina sobre Direitos de Propriedade Intelectual
	Reunião do Conselho China-América Latina do Mecanismo de Cofinanciamento para um Maior Desenvolvimento
Política social	Fórum China-Celac sobre Desenvolvimento e Redução da Pobreza
Diplomacia pública	Fórum China-América Latina e Caribe de *Think Tanks*
	Fórum China-América Latina e Caribe de Amizade entre os Povos
	Fórum China-América Latina e Caribe de Jovens Líderes Políticos
	Workshop China-Celac de Jovens Diplomatas
	Sessão de Intercâmbio para Alunos Destaques de Língua Chinesa na América Latina
Relações interpartidárias	Fórum de Partidos Políticos China-Celac
Segurança e gestão de emergências	Fórum China-Celac para Gestão de Desastres
	Fórum de Alto Nível China-América Latina sobre Defesa
	Fórum de Chefes de Universidades e Institutos de Defesa da China e da América Latina e do Caribe
	Fórum China-América Latina e Caribe de Medicina Militar

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da China. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/eng. Acesso em: 20 dez. 2024.

Por exemplo, como o PCCh e o Estado chinês são entrelaçados, formando um Estado-partido (Fewsmith, 2021), as autoridades chinesas podem utilizar relações interpartidárias como um canal adicional de influência, socialização e acesso a elites. Isso permite que o Departamento Internacional do PCCh interaja diretamente com partidos – sobretudo de centro e de esquerda –, sem depender exclusivamente de funcionários ou representantes de Estado (Hackenesch e Bader, 2020). Embora relações interpartidárias não precisem do Fórum para ocorrer, o PCCh pode usá-lo para reduzir custos de transação e como um canal adicional para exercer influência sobre elites partidárias. Em 2024, por exemplo, o PCCh organizou o Quarto Fórum de Partidos Políticos China-Celac, envolvendo cem partidos da América Latina e do Caribe.[12] Esse subfórum complementa relações bilaterais entre partidos e serve para apresentar a presença internacional do PCCh como um exemplo de pluralismo internacional e cooperação Sul-Sul.

Terceiro, o Fórum reforça a credibilidade dos compromissos da China, sinalizando um envolvimento de longo prazo com a região. Na Segunda Reunião Ministerial do Fórum China-Celac em 2018, a China convidou todos os países da América Latina e do Caribe a aderirem à BRI. Entre os 26 países da América Latina e do Caribe que reconhecem a RPC, apenas Brasil e México não haviam

12. Comitê Central do Departamento Internacional do PCCh. Disponível em: https://www.idcpc.gov.cn/english2023/bzhd/202412/t20241210_166124.html. Acesso em: 20 dez. 2024.

aderido à BRI até 2024.[13] Ao institucionalizar as interações entre a China e a América Latina e o Caribe por meio do Fórum e da BRI, a China oferece garantias de que seus compromissos não são temporários ou oportunistas. Essa sinalização é importante para governos preocupados com possíveis mudanças bruscas nas posições da China ou promessas não cumpridas. Essas preocupações podem derivar de experiências negativas anteriores e/ou alarmismo do governo dos Estados Unidos, que tem enfatizado os riscos da cooperação com a China. Quando Honduras mudou seu reconhecimento diplomático para a RPC, por exemplo, o Departamento de Estado dos Estados Unidos alertou que a China "frequentemente faz promessas em troca de reconhecimento diplomático que acabam por não ser cumpridas" (Cash, Palencia e Blanchard, 2023).

Quarto, contatos recorrentes ajudam a construir confiança, potencialmente gerando efeitos de transbordamento e um círculo virtuoso de maior confiança e cooperação. Esse aspecto é crucial para a China, dado o seu grande poder econômico e o envolvimento limitado com a América Latina e o Caribe até recentemente. Embora reuniões de alto nível possam fomentar confiança entre os participantes, o Fórum China-Celac proporciona mais oportunidades de interações entre diferentes departamentos governamentais, líderes empresariais e grupos na sociedade. Dessa forma, a confiança mútua pode se disseminar para níveis inferiores da burocracia e segmentos da sociedade.

2.2 O Fórum China-Celac: uma perspectiva ideacional e normativa do lado chinês

Além da utilidade material, o Fórum China-Celac serve para reforçar normas de cooperação Sul-Sul, demandas por uma nova ordem internacional e legitimar padrões das relações China-América Latina e Caribe. O objetivo é construir o *status* da China como uma "grande potência branda" (*soft great power*), um elemento central do multilateralismo sinocêntrico. Ser vista como defensora do pluralismo internacional e da cooperação Sul-Sul – expressos na não interferência em assuntos internos e em agendas voltadas para o desenvolvimento – é fundamental para a construção do excepcionalismo chinês (King, 2024). O Fórum também eleva o *status* da China ao apresentá-la simbolicamente como uma parceira de *status* equivalente ao de toda uma região.

Por meio do Fórum China-Celac e de iniciativas semelhantes em outras regiões, como o Focac, a China aspira a liderar o mundo em desenvolvimento rumo a uma ordem internacional mais inclusiva, um "verdadeiro multilateralismo" (Kondapalli, 2020; Eisenman e Heginbotham, 2020). Esse papel do Fórum está alinhado a um elemento consistente da política externa chinesa desde os anos 1960: sua autoidentificação como um país pós-colonial, em desenvolvimento e defensor do que hoje se denomina de Sul global (Shambaugh, 2020).

Essa identidade, no entanto, não é apenas uma fonte de ação *ex ante*; é também uma justificativa *ex post* para as atividades da China na região. A criação do Fórum coincidiu com uma ênfase maior da China na necessidade de consolidar narrativas coesas entre países em desenvolvimento e fortalecer sua liderança dentro de estruturas regionais preexistentes (Hartig, 2015a; 2015b; 2016).

13. Green Finance and Development Center. Disponível em: https://greenfdc.org. Acesso em: 20 dez. 2024. Em 2025, o Panamá declarou que não renovará sua participação na BRI, acordada em 2017. Essa decisão foi tomada após Donald Trump sugerir que os Estados Unidos poderiam retomar o controle do Canal do Panamá em função da ampla participação chinesa na operação do canal (Camacho, 2025). Ver também o Memorando de Entendimiento entre el Gobierno de la Republica de Panamá y el Gobierno de la República Popular China sobre la Cooperación en el Marco de la Franja Económica de la Ruta de la Seda y la Ruta Marítima de la Seda del Siglo XXI. Disponível em: https://mire.gob.pa/images/PDF/documentos%20y%20formularios/Acuerdoschina/RUTA%20DE%20LA%20SEDA.pdf.

Em 2011, transformar a China em uma "superpotência cultural socialista" tornou-se um objetivo nacional. Desse modo, em 2014, Xi Jinping enfatizou que a "propaganda externa" deveria se expandir e que a "China deveria contar bem a sua história" (Shambaugh, 2015; 2020).

Como parte desse esforço, a China promove na América Latina e no Caribe comunidades epistêmicas simpáticas ao país, envolvendo acadêmicos, funcionários públicos e estudantes, por meio de atividades de diplomacia pública – ou "diplomacia entre povos", no jargão do governo chinês. Alguns instrumentos incluem patrocínios para a participação em eventos na China, engajamento com *think tanks* e ofertas de bolsas de estudo por meio do China Scholarship Council. No âmbito do Fórum China-Celac, algumas das iniciativas são o Fórum China-América Latina e Caribe de *Think Tanks*, estabelecido em 2015, e o Fórum Acadêmico China-Celac, criado em 2020.[14] Dessa forma, o Fórum contribui para legitimar as atividades da China na região, apresentando-as como multilaterais e equilibradas, ao invés de manifestações de interesses egoístas ou aspirações hegemônicas. As relações China-América Latina e Caribe não seriam nem assimétricas nem meramente econômicas, mas sim parcerias abrangentes sob uma estrutura de governança comum.

Embora a BRI possa tecnicamente absorver as atividades conduzidas no Fórum China-Celac, realizá-las por meio do Fórum envia um sinal aos governos da América Latina e do Caribe e a outros atores de que a China está disposta a cooperar nos termos propostos pelos países da região, utilizando e fortalecendo uma organização regional preexistente.

Não há evidências de que a China busque moldar regimes políticos na região. Tampouco há indícios de que favoreça governos da esquerda política. Embora a Venezuela sob Hugo Chávez e Nicolás Maduro tenha sido a maior beneficiária do financiamento para o desenvolvimento da China na América Latina e no Caribe até o momento, a China também assinou importantes acordos com governos de centro-esquerda e centro-direita: os acordos de livre-comércio com o Chile em 2005, durante o governo de centro-esquerda de Ricardo Lagos; com o Peru em 2009, sob o governo de centro-direita de Alan García; e com o Equador em 2023, durante o governo de centro-direita de Guillermo Lasso.

Também não há evidências de que as atividades da China na América Latina e no Caribe façam parte de uma abordagem de confronto em relação aos Estados Unidos. A China mantém uma postura cautelosa sobre questões controversas na região, permanecendo neutra em relação às sanções dos Estados Unidos contra Cuba, por exemplo – um tema central para a esquerda política latino-americana. No âmbito econômico, as experiências negativas da China com a Venezuela incentivam uma abordagem ainda mais prudente. Sob o Fundo de Desenvolvimento China-Venezuela, o Banco de Desenvolvimento da China forneceu US$ 62 bilhões em crédito até 2016, equivalente à metade do total de crédito chinês para a América Latina e o Caribe no período. No entanto, os investimentos em infraestrutura foram limitados, a manutenção dos projetos implementados foi precária e cerca de US$ 20 bilhões podem nunca ser pagos (Myers, 2014; Naughton, 2020; Ray e Myers, 2024). Em vez de uma "armadilha da dívida", a China encontra-se numa "armadilha do crédito" com a Venezuela.

14. O Fórum Acadêmico China-Celac foi realizado em 2020 e 2021, mas não há registros públicos de sua realização desde então.

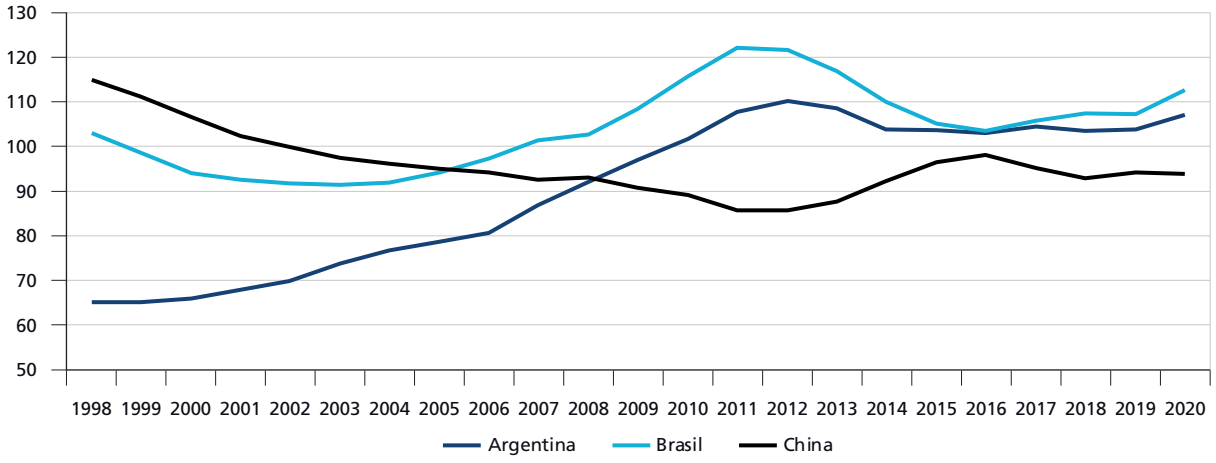
3 O PAPEL DA CHINA NA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

O papel da China na política externa dos governos da América Latina e do Caribe é necessariamente mais complexo, dado que a região possui 33 países com diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico, recursos e trajetórias históricas. As políticas externas em relação à China são relativamente claras em pelo menos dez casos: Cuba, Nicarágua e Venezuela, que utilizam as relações com a China para compensar sanções dos Estados Unidos e garantir a sobrevivência de seus regimes políticos; e os sete países que ainda reconhecem Taiwan.

Nos demais países da América Latina e do Caribe, o papel da China na política externa é menos claro, mesmo nos países médios e grandes. Essa ambiguidade pode resultar de políticas deliberadamente ambíguas ou ausência de estratégias. Dois fatores sugerem que, até o momento, a ausência de estratégias é a explicação mais provável. A China atribui um papel claro à América Latina e ao Caribe, mas a maioria dos governos na região parece não ter um papel claro para a China.

Primeiro, o crescimento do comércio, dos investimentos e dos fluxos financeiros nos anos 2000 foi majoritariamente positivo para a América Latina e o Caribe. Além do aumento dos fluxos comerciais, os termos de troca para os exportadores de *commodities* tornaram-se mais favoráveis (gráfico 1). Esse fator deu aos governos da América Latina e do Caribe incentivos para aproveitar a bonança repentina, em vez de problematizar os impactos de longo prazo ou estabelecer mecanismos de governança. Com o fim do *boom* das *commodities* no início dos anos 2010, a falta de incentivos para problematizar a relação China-América Latina e Caribe permaneceu, mas devido a um outro fator: a sucessão de crises econômicas e políticas na região, as quais fizeram com que os governos dessem maior atenção relativa para questões internas.

GRÁFICO 1
Argentina, Brasil e China: índice de termos de troca[1]



Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS).
Nota: [1] Em médias móveis centradas de três anos (2015 = 100).

Segundo, encaixar a China em abordagens preexistentes de política externa é difícil porque sua influência sobre a América Latina e o Caribe tem, por um lado, uma natureza pós-hegemônica, mas, por outro, semelhanças com as relações Norte-Sul (Legler, Turzi e Tzili-Apango, 2020). Esse fator

cria um dilema para a visão de mundo da esquerda política na região. Para a América Latina e o Caribe, a China é uma grande importadora de *commodities* e fonte de bens manufaturados e de capital, assumindo um papel econômico anteriormente ocupado pelos Estados Unidos e pela Europa. As relações econômicas Sul-Sul ampliaram-se, mas com certa semelhança às interações Norte-Sul, algo historicamente criticado por desenvolvimentistas e pela esquerda política latino-americana (Sousa *et al.*, 2023). Assim, para parte da esquerda política da região, os padrões de relações econômicas com a China são do tipo centro-periferia, enfraquecendo parcialmente a ideia da China como defensora e representante do mundo em desenvolvimento.

A China também apresenta um dilema para a direita política da região. Tradicionalmente pró-Estados Unidos e anticomunista, as elites tradicionais latino-americanas se beneficiam das relações com a China. As dinâmicas de comércio e investimento incentivam atores conservadores a apoiar um engajamento mais profundo com a China. O poderoso agronegócio brasileiro, por exemplo, um ator central na direita política brasileira, beneficia-se amplamente das exportações para a China. No período 2019-2022, o Brasil exportou anualmente para a China, em média, US$ 30 bilhões em soja, US$ 7,3 bilhões em carne, US$ 1,4 bilhão em açúcar e US$ 1,2 bilhão em algodão.[15]

Esses papéis conflitantes indicam a complexidade de integrar a China às visões tradicionais de política externa na região. Tanto para a esquerda quanto para a direita, as relações China-América Latina e Caribe desafiam concepções tradicionais sobre alinhamentos ideológicos, relações com grandes potências e relações Sul-Sul. A China é simultaneamente uma grande potência e um país do Sul global, não sendo, portanto, nem um ator hegemônico convencional nem um parceiro típico de cooperação Sul-Sul.

3.1 O Fórum China-Celac: uma perspectiva institucionalista do lado da América Latina e do Caribe

O que os governos da América Latina e do Caribe esperam obter com o Fórum China-Celac? Sua arquitetura minimalista e de formato flexível implica um esforço e risco mínimos para os governos da região, ao mesmo tempo que possibilita a obtenção de alguns retornos. Há pelo menos dois benefícios. O primeiro é que os governos da América Latina e do Caribe podem usar o Fórum para acessar legitimamente elites chinesas e obter informações de primeira mão que, de outra forma, poderiam estar indisponíveis ou seriam difíceis de acessar. Essas informações podem ser fornecidas por representantes da China e de outros governos da América Latina e do Caribe, ou simplesmente obtidas por meio de observação. Esse aspecto do Fórum é relevante para todos os governos da América Latina e do Caribe, mas especialmente para os países pequenos. Autoridades da Argentina, do Brasil ou do Peru, por exemplo, possuem canais de comunicação com elites chinesas que diversos países caribenhos não possuem.

Além disso, em contraste com reuniões de alto nível, o Fórum é uma plataforma que possibilita interações legítimas entre burocratas de nível médio, líderes empresariais e grupos da sociedade, dando a eles acesso direto a contrapartes e segmentos das elites chinesas. Para os sete países da América Latina e do Caribe que atualmente reconhecem Taiwan, o Fórum oferece um canal para interações formais com a China sem a necessidade de renunciar ao reconhecimento de Taiwan. Independentemente

15. Disponível em: https://comtradeplus.un.org.

de optarem por mudar o reconhecimento para a RPC, seu poder de barganha nas relações bilaterais com ambos se amplia.

Informações também podem ser usadas para favorecer elites domésticas em relação a potenciais projetos ou outras decisões do governo chinês. O Fórum pode, assim, oferecer uma vantagem competitiva para aqueles que participam de suas atividades, permitindo-lhes obter informações e repassá-las a aliados domésticos.

O segundo benefício é que os governos da América Latina e do Caribe podem utilizar o Fórum como um mecanismo de sinalização. Mesmo que haja pouca coordenação entre os países da região, a participação no Fórum sinaliza a observadores extrarregionais o interesse coletivo da região em fortalecer os laços com a China – permitindo que negociem de maneira mais favorável com outros parceiros. Os governos da América Latina e do Caribe também podem sinalizar continuidade e confiabilidade política para a China, demonstrando compromisso com os acordos independentemente de mudanças políticas domésticas. Esse é um sinal importante para a China em meio à instabilidade política na América Latina e no Caribe e às pressões dos Estados Unidos, que frequentemente questionam a confiabilidade da China como parceira.

Além disso, os governos da América Latina e do Caribe poderiam se beneficiar do Fórum ao padronizar e coordenar entre si estratégias sobre como gerenciar as relações China-América Latina e Caribe. No entanto, isso se mantém como uma possibilidade teórica, dado o baixo nível de coordenação entre os países da região e o papel ainda ambíguo da China na política externa dos principais governos da região.

3.2 O Fórum China-Celac: uma perspectiva ideacional e normativa do lado da América Latina e do Caribe

Para os governos da América Latina e do Caribe, o Fórum reforça certas visões de mundo e princípios de política externa, tais como a importância atribuída à autonomia, soberania, clivagens Norte-Sul e à ideia de que países em desenvolvimento devem ter seus próprios espaços de interação. Esses princípios e visões de mundo não são consensuais na América Latina e no Caribe, mas são centrais para a esquerda política e parte do *establishment* de política externa da região (Riggirozzi e Tussie, 2012). Em contraste com as interações Norte-Sul, os países do Sul seguiriam princípios diferentes nas interações com outros países do Sul: não interferência nos assuntos internos, não condicionalidade, desenvolvimento de capacidades de longo prazo, benefício mútuo e agendas voltadas ao desenvolvimento. A não interferência, por exemplo, é central no multilateralismo sinocêntrico, atraindo países em desenvolvimento de tradição soberanista. Essa característica contrasta com as várias formas de condicionalidade presentes em acordos com o Ocidente desenvolvido, que frequentemente incluem exigências de estabilidade macroeconômica e padrões de governança ou de direitos humanos – muitas vezes percebidos como ameaças à autonomia. O Fórum, portanto, reforça e promove normas de cooperação Sul-Sul e a própria noção de Sul global.

Embora a China utilize esses princípios e normas para legitimar padrões de interação, governos da América Latina e do Caribe e outros atores da região podem usá-los instrumentalmente como uma armadilha retórica. Caso instituições chinesas adotem um comportamento que se assemelhe às interações Norte-Sul – desviando-se, assim, dos princípios e normas da cooperação Sul-Sul – atores na América Latina e no Caribe podem apontar legitimamente a inconsistência e pressionar por ajustes.

Relações comerciais e de investimento, por exemplo, têm sido uma preocupação recorrente para governos na região. Em 2023, Gabriel Boric, presidente do Chile, expressou preocupações sobre a dependência comercial do seu país em relação à China em conversas com representantes da União Europeia (Boric..., 2023). Em 2024, a China suspendeu as importações de café e outros produtos da Guatemala, provavelmente em retaliação a uma visita oficial a Taiwan, o que gerou protestos por parte do governo guatemalteco (Käufer, 2024).

O Fórum também contribui para a construção da América Latina e do Caribe como uma região capaz de desempenhar um papel próprio em assuntos internacionais. Ao engajar-se com a China como um bloco, os governos da região sinalizam a capacidade de agir sem apoio ou tutela dos Estados Unidos. Dessa forma, o Fórum reforça a noção da América Latina e do Caribe como uma das grandes regiões do Sul global, ao lado de África e Ásia. Como a Celac mantém tanto a Parceria União Europeia-Celac como o Fórum China-Celac, a região também demonstra capacidade de engajamento tanto com o Ocidente desenvolvido quanto com uma potência não ocidental, ampliando sua reputação de pragmatismo e não alinhamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E O EFEITO TRUMP NAS RELAÇÕES CHINA-AMÉRICA LATINA E CARIBE

O Fórum China-Celac – e a Celac em si – são comumente vistos como fóruns de debates em que muito é falado, mas pouco é feito (em inglês, *talking shops*). Embora essa visão não seja de todo equivocada, a criação e permanência do Fórum levanta a questão do porquê ele existe e quem se beneficia dele. A China e os governos da América Latina e do Caribe participam do Fórum por razões materiais e normativas, movidos pela necessidade de tornar engajamentos mais eficientes, acessar elites, sinalizar compromissos de longo prazo, legitimar padrões de relações e/ou promover um tipo diferente de multilateralismo, centrado no pluralismo e em agendas orientadas para o desenvolvimento. Governos e atores não estatais tanto da China como da América Latina e do Caribe podem usar o Fórum para promover o que eles consideram como o interesse nacional e avançar interesses setoriais. Sob o Fórum, atividades ganham um novo significado, tornando-se instâncias de pluralismo internacional e cooperação Sul-Sul.

O Fórum reflete uma forma de multilateralismo sinocêntrico. Tem uma arquitetura institucional minimalista, sobre a qual a China detém um poder desproporcional de definir a agenda e moldar os termos do engajamento. Para a China, o Fórum complementa iniciativas globais (BRI, GDI, GSI, GCI), permitindo otimizar engajamentos na América Latina e no Caribe, legitimar os padrões de suas relações com a região e também as próprias iniciativas globais da China.

Ainda assim, a assimetria não impede objetivos compartilhados ou resultados vantajosos para ambos os lados. As posições da China e dos governos da América Latina e do Caribe se alinham em várias questões de interesse comum, especialmente no foco em promover o desenvolvimento e na necessidade de reformar organizações multilaterais. Compartilham, ainda, uma frustração com as mudanças limitadas nas organizações multilaterais existentes, dando a eles incentivos para promover um multilateralismo mais inclusivo, do qual o Fórum China-Celac é uma tentativa. O que distingue o engajamento da China com a América Latina e o Caribe não é a ausência de normas e valores mas, sim, os tipos de normas e valores que moldam as interações. A China não precisa universalizar certas normas e valores no Sul global, como pluralismo e agendas orientadas para o desenvolvimento, porque estes já podem estar alinhados.

Durante a segunda presidência de Donald Trump, iniciada em 2025, o padrão das relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina e do Caribe está mudando rapidamente, moldando indiretamente a política externa e interna na região – o efeito Trump. A América Latina e o Caribe provavelmente terão um nível de relevância na política externa dos Estados Unidos não visto desde a década de 1990, impulsionado pelas prioridades da política externa de Trump: reduzir a migração, reduzir o fluxo de drogas ilícitas, conter a China e restringir a concorrência estrangeira nos mercados domésticos dos Estados Unidos. A relevância dos instrumentos de política externa também mudou, com uma abordagem coercitiva e transacional ganhando maior destaque. Como exemplo, nas primeiras semanas de sua administração, Trump impôs tarifas de emergência sobre a Colômbia, após o governo desse país se recusar a aceitar voos de deportação, e ameaçou retomar o controle do Canal do Panamá.

Nesse "novo normal" de unilateralismo, diplomacia coercitiva, ruptura de alianças e até potencial ação militar, como os governos da América Latina e do Caribe irão se adaptar? Alguns países da região podem tentar se alinhar aos Estados Unidos, aceitando uma posição subordinada em troca de proteção e/ou benefícios econômicos (por exemplo, a Argentina sob Milei). No entanto, a imprevisibilidade das escolhas de política e o comportamento do governo Trump, junto com suas posições coercitivas, mesmo em relação a aliados históricos, incentivam os governos da região a reduzirem a dependência dos Estados Unidos. Governos que priorizaram as relações com os Estados Unidos por décadas (Colômbia e México, por exemplo) podem reconsiderar suas estratégias para mitigar sua exposição ao risco. O México está especialmente exposto às escolhas de política de Trump, as quais poderiam levar o país à recessão. Aqueles que buscam diversificar parcerias (por exemplo, Brasil, Chile e Peru) têm incentivos para reforçar essa abordagem.

Uma alternativa óbvia é a China, que está aproveitando a oportunidade para se apresentar como um parceiro previsível, confiável e não coercitivo. A confiança nos Estados Unidos provavelmente diminuirá, criando um vácuo, que a China poderá preencher. A menor confiança nos Estados Unidos e a diminuição de interações positivas entre os Estados Unidos e a América Latina e o Caribe também implicam diminuição do acesso a elites, obtenção de informações confiáveis e *expertise* diplomática, reduzindo o peso desta que é uma vantagem histórica dos Estados Unidos sobre a China na região. Portanto, embora a China possa sofrer com as tarifas impostas pelos Estados Unidos e as cadeias de suprimento interrompidas, o governo chinês também tem uma janela de oportunidade para expandir sua influência na região.

Nesse contexto, o Fórum China-Celac pode ganhar relevância, especialmente para a China e para os países menores da América Latina e do Caribe. Com o vácuo deixado pelos Estados Unidos, a China tem incentivos para alavancar ainda mais o Fórum como uma plataforma para agilizar engajamentos na região, tanto para a obtenção de benefícios materiais como para a socialização de elites, burocratas de médio escalão e segmentos da sociedade. O formato flexível do Fórum permite ainda a adaptação e/ou criação de novos subfóruns, os quais poderiam surgir nas áreas de transição verde ou segurança, por exemplo. Para os países menores da América Latina e do Caribe, o Fórum é um espaço para interagir com elites e burocratas chineses sem confrontar os Estados Unidos diretamente e, para os que reconhecem Taiwan, o Fórum é um canal de acesso legítimo ao governo da RPC. O resultado será provavelmente uma menor influência dos Estados Unidos na região e uma maior influência da China.

Há, contudo, uma diferença considerável entre o México e as demais grandes economias da região, pois o México concorre com a China na exportação de manufaturas, a qual tem uma importância para a economia mexicana muito superior à que possui para Brasil, Argentina, Colômbia e Chile. Em consequência, embora o México tenha incentivos para reduzir a dependência dos Estados Unidos, há também incentivos para se manter uma postura cautelosa nas relações com a China como forma de não antagonizar os Estados Unidos. A prioridade da política externa mexicana continua sendo o gerenciamento das relações com os Estados Unidos. Em um cenário favorável, o México poderia fazer parte de estratégias de *near-shoring* dos Estados Unidos.

Os demais grandes países da América Latina e do Caribe não possuem tal grau de dependência econômica nem dos Estados Unidos nem de exportações de manufaturas. Enquanto o México concorre com a China, os outros países concorrem com os Estados Unidos na exportação de algumas *commodities*, incluindo petróleo, gás, etanol, soja e milho. Esses países têm incentivos de longo prazo para reduzir a dependência de exportações de *commodities*, mas têm, no curto prazo, incentivos para uma maior abertura para a China. Ou seja, enquanto o México pode em parte substituir a China nas exportações de manufaturas para os Estados Unidos, as outras grandes economias da região podem em parte substituir os Estados Unidos nas exportações de *commodities* para a China.

REFERÊNCIAS

BORIC ve a la Unión Europea como un "socio clave" para evitar que Chile dependa solo de China. **EFE**, 23 jul. 2023. Disponível em: https://efe.com/economia/2023-07-23/chile-boric-ve-a-ue-como-socio-clave-ante-dependencia-de-china/.

CAMACHO, Sarah. The crisis Trump is causing in Panama will reach far into Latin America. **Carnegie Endowment for International Peace**, 19 fev. 2025. Disponível em: https://carnegieendowment.org/emissary/2025/02/panama-canal-trump-china-crisis?lang=en.

CASH, Joe; PALENCIA, Gustavo; BLANCHARD, Ben. China opens ties with Honduras, Taiwan decries monetary demands. **Reuters**, 26 mar. 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/world/honduras-government-says-ending-diplomatic-ties-with-taiwan-2023-03-26.

EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric. China's relations with Africa, Latin America, and the Middle East. *In*: SHAMBAUGH, David (Ed.). **China and the world**. New York: Oxford University Press, 2020. p. 291-312.

FEWSMITH, Joseph. **Rethinking chinese politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

GOLDSTEIN, Avery. China's grand strategy under Xi Jinping: reassurance, reform, and resistance. **International Security**, v. 45, n. 1, p. 164-201, 2020.

HACKENESCH, Christine; BADER, Julia. The struggle for minds and influence: the Chinese Communist Party's global outreach. **International Studies Quarterly**, v. 64, n. 3, p. 723-733, 2020.

HARTIG, Falk. **Chinese public diplomacy**: the rise of the Confucius Institute. London; New York: Routledge, 2015a.

———. Communicating China to the world: Confucius Institutes and China's strategic narratives. **Politics**, v. 35, n. 3, p. 245-258, 2015b.

———. How China understands public diplomacy: the importance of national image for national interests. **International Studies Review**, v. 18, n. 4, p. 655-680, 2016.

KÄUFER, Tobias. América Latina siente cada vez más la presión de China. **DW**, 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.dw.com/es/am%C3%A9rica-latina-siente-cada-vez-m%C3%A1s-la-presi%C3%B3n-de-china/a-69258814.

KONDAPALLI, Srikanth. Regional multilateralism with Chinese characteristics. *In*: SHAMBAUGH, David (Ed.). **China and the world**. New York: Oxford University Press, 2020. p. 313-340.

LEGLER, Thomas; TURZI, Mariano; TZILI-APANGO, Eduardo. Advancing autonomy? Chinese influence on regional governance in Latin America. *In*: BERNAL-MEZA, Raúl; XING, Li (Ed.). **China-Latin America relations in the 21st century**: the dual complexities of opportunities and challenges. London: Palgrave Macmillan, 2020. p. 27-53.

MYERS, Margaret. Shaping chinese engagement in Latin America. *In*: DOMINGUEZ, Jorge; COVARRUBIAS, Ana (Ed.). **Routledge handbook of Latin America in the world**. New York: Routledge, 2014. p. 211-222.

MYERS, Margaret; WISE, Carol. The political economy of China-Latin America relations in the 21st century. *In*: _____. **The political economy of China-Latin America relations in the new millennium**. New York: Routledge, 2016.

NAUGHTON, Barry. China's global economic interactions. *In*: SHAMBAUGH, David (Ed.). **China and the world**. New York: Oxford University Press, 2020. p. 113-136.

NG, Joel. Understanding sino-centric multilateralism. *In*: _____. **The dragon's emerging order**: sino-centric multilateralism and global responses. Singapore: World Scientific Publishing, 2025. No prelo.

RAY, Rebecca; MYERS, Margaret. Chinese Loans to Latin America and the Caribbean Database. Washington; Boston: Inter-American Dialogue; Boston University Global Development Policy Center, 2024. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list/.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. **The rise of post-hegemonic regionalism**: the case of Latin America. Berlin: Springer, 2012.

SHAMBAUGH, David. China's soft-power push: the search for respect. **Foreign Affairs**, v. 94, n. 4, p. 99-107, 2015.

_____. China's long march to global power. *In*: _____. **China and the World**. New York: Oxford University Press, 2020. p. 3-22.

SIBIRI, Hagan. FOCAC at Twenty: a "bargained institutional framework" for shared impacts. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 7, n. 2, p. 199-217, 2021.

SMITH, Stephen. China's "Major Country Diplomacy": legitimation and foreign policy change. **Foreign Policy Analysis**, v. 17, n. 2, 2021.

SOUSA, Ana Tereza Marra de *et al*. China in Latin America: to BRI or not to BRI. *In*: DUARTE, Paulo Afonso; LEANDRO, Francisco José; GALÁN, Enrique Martínez (Ed.). **The Palgrave handbook of globalization with chinese characteristics**: the case of the belt and road initiative. London: Palgrave Macmillan, 2023. p. 495-514.

TAYLOR, Ian. **The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)**. New York: Routledge, 2010.